

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NA ESPANHA: Relatos biográficos¹

INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION AT DISTANCE IN SPAIN: Biographical reports

Sheilla Alessandra Brasileiro de Menezes²

RESUMO

O presente artigo propõe compreender como a EAD pode contribuir para a inclusão de jovens e adultos com deficiência no ensino superior e analisar algumas possíveis linhas estratégicas de ação orientadora que dão respostas as suas necessidades. Para isso foram acompanhados 10 universitários com deficiências *locomotora, visual ou auditiva* na Espanha, e as respectivas instituições de ensino superior a distância em que estudam. A pesquisa apresenta relatos biográficos dos protagonistas que compartilham acontecimentos, complicações, perspectivas e implicações de sua formação universitária em um contexto de formação virtual. Entre as elucidações advindas, constatou-se que as práticas e os estudos espanhóis sobre o processo de inclusão e escolarização das pessoas com deficiência estão consolidados, embora ainda apresentem desafios e possibilidades de aprimoramento. Este trabalho pretende, portanto, ser um convite a olharmos para um espelho reflexivo que propicie um diálogo crítico para contrastá-lo com as nossas próprias concepções e práticas.

Palavras-chave: Direito à educação. Educação Inclusiva. Educação a Distância. Ensino Superior. Pessoas com deficiência.

¹ O presente artigo é fruto da pesquisa de doutorado “**O direito à educação e a igualdade de oportunidades na universidade**: percursos de estudantes com deficiências no ensino superior a distância no Brasil e na Espanha”, defendida na Faculdade de Educação/UFMG, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Fidalgo. Fomento CAPES-Brasil, doutorado sanduíche entre 01/08/2012 e 31/07/2013 na Universidade de Barcelona – Espanha, sob orientação da Prof^{ra}. Dr^a Juana Sancho Gil.

² Professora Adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pedagoga. Mestre e Doutora em Educação. E-mail: sheillabrasileiro@pucminas.br

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on the right to higher education of persons with disabilities. We start from the assumption that studying for an online degree might grant access to higher education to people that, for various reasons, could not join a face-to-face university. Therefore this study aims to understand how studying for an online degree can contribute to the inclusion of young people and adults with disabilities in higher education and to analyze possible strategic lines of guiding that may answer their needs. For this purpose 10 university students with locomotor, visual or auditory disabilities were followed in Spain, as well as their respective online studying for a higher education degree. The research presents biographical reports of the protagonists who share their doings, complications, perspectives and implications of their university education in a context of virtual education. Among the elucidations that have emerged, it was found that Spanish practices and studies on the process of inclusion and schooling of people with disabilities are consolidated, although they still present challenges and possibilities for improvement. This work seeks to be an invitation to look in a reflective mirror that can create a critical dialogue to contrast with our own conceptions and practices.

Keywords: Right to Education. Inclusive Education. Distance Learning. Higher Education. Persons with disabilities.

1 Introdução

A inclusão no ensino superior não é algo que dependa exclusivamente das condições do indivíduo, mas da interação entre as condições e políticas, práticas e atitudes não discriminatórias.

A Declaração de Salamanca (ONU, 1994) preconiza uma política de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior e esclarece o papel da universidade na formação de profissionais para atuar na promoção da educação inclusiva e de uma sociedade inclusiva:

- (1) Deverão ser tomadas as medidas necessárias para conseguir a mesma política integradora de jovens e adultos com necessidades especiais, no ensino secundário e superior, assim como nos programas de formação profissional (UNESCO, 1994, p. 29).
- (2) Cabe às universidades desempenhar um importante papel consultivo na elaboração de serviços educativos especiais, principalmente com relação à pesquisa, à avaliação, à preparação de fornecedores de professores e à elaboração de programas e materiais pedagógicos. Deverá ser fomentada a criação de sistemas entre universidades e com outros sistemas de ensino superior nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa inter-relação entre pesquisa e capacitação é de grande importância e também muito importante a ativa participação de pessoas com deficiência na pesquisa e na formação para garantir que seus pontos de vista sejam levados em consideração (UNESCO, 1994, p. 38).

Em 2006, a ONU realizou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), visando proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência. Esse documento teve o propósito de estabelecer diretrizes gerais, normas e critérios básicos para assegurar a inclusão social e os direitos individuais e coletivos das pessoas com deficiência.

O referido documento, em seu art. 24, considera a questão relativa à educação da pessoa com deficiência da ordem dos direitos humanos e passa a classificar como discriminação todo e qualquer entrave que prejudique a inclusão da pessoa com deficiência no sistema educacional. E, dessa forma, é considerada discriminação a falta de acessibilidade nos espaços físicos e nos sistemas de comunicação, ou seja, as situações em que as IES não promoverem a acessibilidade para todos os estudantes, respeitando sua condição, caracterizam-se como uma atitude discriminatória.

Mittler (2005) considera três direitos educacionais das pessoas com deficiência a serem cumpridos pelas IES:

- 1- O direito à educação;
- 2- O direito à igualdade de oportunidades – isto é, o direito de usufruir de oportunidades semelhantes às dos seus pares sem condições de deficiência e;
- 3- O direito à participação social – consubstanciado no direito de usufruir dos equipamentos e condições postos à disposição de toda a comunidade (MITTLER, 2005, p. 53).

Esses direitos parecem estar de acordo com a função social da universidade, que é a de produzir conhecimento, de forma a promover o desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e do próprio homem como ser social.

O direito à diferença nas universidades desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar elitista, com suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença.

Como afirma Santos (2007, p. 79), “é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza, e o direito de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza”.

Essa premissa tem sido evidenciada nas práticas das universidades espanholas, como pôde ser constatado a seguir.

2 Universidade e inclusão de pessoas com deficiência na Espanha

A partir das mudanças sociais, políticas e educacionais na Espanha com o fim da ditadura na década de 1970, foram realizadas muitas experiências de integração e, posteriormente, de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas de educação básica.

A discussão sobre a inclusão no ensino superior na Espanha iniciou-se em 1989, quando as pessoas com deficiência começaram a concluir o ensino médio e a demandar o acesso à educação universitária. Fruto dos esforços de inclusão educacional nas fases pré-universitárias, as pessoas com deficiência foram, progressivamente, se inserindo na universidade nos últimos 25 anos.

A Universidade Autônoma de Barcelona foi a primeira a criar um programa de apoio às pessoas com deficiência, denominado PIUNE. Esse programa baseava-se na colaboração entre os estudantes da universidade para prestar ajuda, de forma voluntária, às pessoas com deficiência. Em 1992, a Universidade de Valência lançou um serviço de orientação para pessoas com deficiência. Em 1994, a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, na Espanha, gerou a Declaração de Salamanca, um documento de referência mundial sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Em 1996, aconteceu o primeiro encontro *Universidad y Discapacidad*, organizado pelo *Real Patronato sobre Discapacidad*, e participaram as universidades de Valência, de Salamanca, de Barcelona, a UNED e a Universidade de Extremadura. Desde então, ocorreram, até o ano de 2014, onze encontros, sendo cinco congressos nacionais sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior espanhol.

Nesse processo, houve a incorporação gradual das universidades espanholas e estrangeiras, aumentando o nível de envolvimento e compromisso das entidades universitárias, associações e outras instituições, culminando no 1º Congresso Internacional sobre a Inclusão das Pessoas com Deficiência no Ensino Superior, em 2012, em Madrid, do qual fiz parte. Em novembro de 2018, acontecerá a 4ª edição desse Congresso, também em Madrid.

Nos últimos anos, muitas universidades espanholas têm produzido vários relatórios sobre acessibilidade, além de importantes programas de colaboração para a eliminação de barreiras arquitetônicas e também curriculares.

Em 1999, ano em que se graduou a primeira pessoa com Síndrome de Down no mundo, o espanhol Pablo Piñeda, a Conferência de Reitores das Universidades Espanholas (CRUE) estabeleceu uma série de medidas que melhorariam gradualmente as condições de acessibilidade e integração em universidades espanholas.

Concomitantemente, a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) exigiu das universidades o cumprimento de uma série de referenciais de qualidade, sendo um deles o atendimento aos estudantes com deficiências (ALONSO; DIEZ, 2008). Assim, nos diferentes fóruns, nas reuniões e nas declarações que serviram para delinear o EEES, tem sido discutida uma concepção de educação que integre a aprendizagem ao longo da vida como um dos elementos mais significativos para gerar maior igualdade de oportunidades, maior coesão social e maior atenção às necessidades de todas as pessoas.

Isso se deve traduzir em medidas de atenção aos universitários com deficiências, para assegurar e garantir um acesso igualitário, uma atuação equitativa e práticas adequadas para uma educação superior de qualidade. As medidas devem também potencializar o desenvolvimento desses estudantes do ponto de vista social, pessoal, acadêmico e profissional.

A intensidade dos esforços cresceu com a assinatura de um convênio de colaboração entre o Comitê Espanhol de Representantes de Pessoas com Deficiência (CERMI) e o Ministério da Educação e Ciência, em 10 de fevereiro de 2000, e com a criação do Fórum para a Atenção Educacional às Pessoas com Deficiência. Esse fórum tem entre suas funções receber e canalizar propostas das organizações sociais

que tenham alguma relação com os estudantes com deficiência, tendo em vista a sua integração educativa e social.

A Declaração de Madrid³, aprovada no Congresso Europeu das Pessoas com Deficiência, aprovada em 2002, destaca a importância da inclusão dessas pessoas no sistema educativo universitário.

Apesar de todos os esforços realizados até aquele momento, o *Seminário Universidade e Deficiência: questões atuais*, organizado pela CRUE e pelo CERMI, em 2005, em Madrid, mostrou que o número de estudantes universitários com deficiência ainda era pouco significativo. Naquela ocasião, apenas 3% das pessoas com deficiência possuíam um título universitário e, dos estudantes universitários da Espanha, 1% possuía algum tipo de deficiência. Além disso, embora a maioria das universidades fosse considerada acessível, apenas um terço obteve recursos suficientes para atender às necessidades dos estudantes com deficiências, não só no que se refere às estruturas físicas, mas também em relação aos aspectos docentes, organizativos e curriculares. Assim, como indicam Luque e Rodríguez (2005), são muitas as mudanças que ainda deveriam ser feitas no ensino superior para dar uma resposta formativa adaptada para a formação do alunado: pessoal especializado de apoio, contextos adequados de aprendizagem, materiais curriculares adaptados, tutorias personalizadas, orientação e assessoria pedagógica etc.

Paralelamente, nota-se que tem havido um crescimento constante no número de estudantes com deficiência no ensino superior e um aumento significativo de leis, normas e regulamentos para que esses estudantes possam exercer o direito à educação de forma plena.

A Lei Orgânica de Universidades, Lei nº 4/2007, introduziu os princípios de não discriminação na universidade por qualquer motivo, incluindo a situação de deficiência. Além disso, definiu a obrigatoriedade de criação de núcleos de acessibilidade em todas as universidades da Espanha, públicas e particulares, presenciais e à distância.

Um dos aspectos que merece destaque refere-se aos núcleos de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Na presente pesquisa, ficou evidente que esse apoio é um importante aliado na integração e promoção desse aluno e, conseqüentemente, para a conclusão do ensino superior.

³ <http://www.ub.edu/integracio/Lleis/UE/UE/Declaracio-Madrid.pdf> - Acesso em: 08 abr. 2013.

A universidade europeia do século XXI renasceu no processo de integração da União Europeia dentro do Espaço Europeu de Ensino Superior. Esse foi um momento complexo que demandou serviços de orientação acadêmica para estudantes que iam para universidades diferentes da universidade de origem. Assim, começaram a surgir demandas de serviços de apoio e adaptações para estudantes diversos, e não somente para aqueles com deficiência.

Dessa forma, o que se vê, atualmente, na Espanha é que as pessoas com deficiência, como quaisquer outras pessoas, também têm que mostrar competência para ingressar em uma carreira superior. Entende-se, nesse momento, que qualquer outra interpretação poderia parecer paternalista e, conseqüentemente, discriminatória.

Os esforços atuais são para que as universidades tenham estudantes com deficiência não como algo extraordinário, mas como mais um estudante, com seus direitos e deveres; a acessibilidade seja uma norma; a atenção aos estudantes não seja uma exceção; os grupos reduzidos para discussão, entre outras atividades, gerem uma relação entre professor e estudante mais voltada para o acompanhamento e a aprendizagem e menos para a transmissão da informação.

Ainda que a Espanha tenha demonstrado avanços importantes na área de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, isso não ocorreu em toda a Europa.

O informe sobre políticas e práticas em educação, formação e emprego para estudantes com deficiências e necessidades especiais da União Europeia (NESSE⁴, 2012) destaca que 45 milhões de cidadãos em idade de trabalhar têm alguma deficiência, carecendo, em muitos casos, de oportunidades de acesso à educação e ao emprego. Destaca-se nesse documento que:

- as pessoas com deficiências tinham menos probabilidades de ingressar no ensino superior do que as pessoas sem deficiências;
- mais da metade das pessoas com deficiência na Europa não tinha estudos secundários e apenas 5% possuíam um título de educação superior;

⁴ <http://www.cfhe.org/upload/accueil/2012/juillet/disability-special-needs-1.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2015.

- as pessoas com deficiências que conseguiam concluir um curso superior continuavam sofrendo desvantagens no mercado de trabalho, ainda que tivessem mais probabilidades de serem contratadas do que as menos qualificadas.
- não existiam dados comparativos entre países europeus sobre número de estudantes com deficiências no ensino superior, nem sobre os tipos de deficiências ou resultados alcançados.

Na Espanha, os dados mostraram que:

- O alunado com deficiência representava 1,8% dos alunos matriculados no ensino superior. A população com deficiência representava 9% da população da Espanha, o equivalente a 3,8 milhões de pessoas.
- 83,32% dos estudantes com deficiência na educação obrigatória estavam em escolas comuns, na Espanha. Segundo dados da Agência Europeia para o Desenvolvimento das Necessidades Educacionais Especiais (2010), essa porcentagem era superior à situação da Alemanha, da Áustria, da Finlândia e do Reino Unido.
- Em 2014, existiam 21.942 estudantes universitários com deficiências na Espanha.
- 42,8% dos universitários com deficiência na Espanha cursavam a Universidade a Distância, enquanto 57,2% desenvolviam os seus estudos nas universidades presenciais.
- 94% das universidades espanholas tinham o serviço de apoio ao estudante com deficiência. (NESSE⁵, 2012)

Esses avanços situam a Espanha como um dos países que têm dado maior ênfase à educação inclusiva. Ainda assim, existem alguns pontos críticos a serem melhorados, ou seja, é preciso aperfeiçoar a transição das pessoas com deficiência do ensino secundário para o ensino superior e, com a crise europeia, há precariedade financeira e falta de recursos apropriados para atender a todas as pessoas com deficiência nas universidades.

⁵ <http://www.cfhe.org/upload/accueil/2012/juillet/disability-special-needs-1.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2015.

3 A educação a distância na Espanha

Os primeiros cursos profissionalizantes por correspondência na Espanha se iniciaram em 1903. García e Varela (2010) destacam a importância do uso do rádio ECCA⁶ na Espanha para o desenvolvimento da Educação a Distância. Seu sistema combinava emissões radiofônicas com textos escritos e tutorias. Devido aos seus ótimos resultados, foi adotado em outros 15 países latino-americanos e quatro africanos.

A história da oferta de cursos de graduação a distância na Espanha inicia-se com a Lei Geral de Educação (LGE), em 1970, que, em seu art. 47, estabelece que o Ministério da Educação fomentará e regulamentará o ensino por correspondência, rádio e televisão.

Outro fato importante refere-se à criação da ICS (ANCED)⁷, em 1977, uma organização que agrupa instituições privadas reconhecidas pelo Ministério da Educação e que oferecem cursos universitários não presenciais.

Na esfera pública, o grande avanço está relacionado à criação da *Universidad Nacional de Educación a Distancia* (UNED), fundada na cidade de Madrid, em 1972.

No contexto acadêmico espanhol, existem muitos esforços conceituais e investigativos nesse campo. A emergência dos cursos de graduação a distância estaria marcada pelo fato de as instituições educativas tomarem consciência de que não podiam ignorar os avanços tecnológicos dos últimos anos. Por isso, começaram a desenvolver políticas destinadas a criar as condições para que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) estivessem presentes nas atividades formativas.

As políticas desenvolvidas pelas próprias universidades, estimuladas pela *Conferencia de Rectores de las Universidades Españolas* (CRUE), contribuíram para que os *campi* virtuais se tornassem uma realidade palpável em quase todas as universidades.

Nos últimos anos, a Espanha tem vivenciado uma grande expansão da oferta de cursos superiores na modalidade *dual*. Mesmo as universidades presenciais mais

⁶ Disponível em: <http://www.radioecca.org/> [Data de consulta: 15/11/14]

⁷ Disponível em: <http://www.anced.es/> [Data de consulta: 15/11/14].

tradicionais começam a oferecer alguns cursos ou parte de suas disciplinas a distância.

Atualmente, as universidades espanholas presenciais oferecem um modelo com um *Campus Virtual*, que serve tanto como espaço administrativo como de aprendizagem e de relacionamento e intercâmbio estudantil e social. Esse uso generalizado dos ambientes virtuais de aprendizagem implica uma importante adaptação tanto do corpo docente quanto dos materiais didáticos desenhados especificamente para aprendizagem nesses ambientes.

Por outro lado, as universidades exclusivamente a distância, como a UNED e a UOC, dispõem de um amplo catálogo de cursos que seguem mantendo como imprescindível a presencialidade na realização de provas e na avaliação final. Assim, é necessário sinalizar que esse aspecto continua sendo um requisito indispensável para a obtenção de um título universitário oficial na Espanha.

Faremos um breve relato sobre as duas principais instituições de ensino superior não presencial da Espanha. Para a realização desse trabalho, foi feita uma imersão de um mês em cada uma dessas universidades.

A Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED) – Madrid

A UNED foi criada em 1972 e, ao longo dos anos, transformou-se em um ícone do que podemos entender como educação superior a distância tradicional. Trata-se de um projeto público consolidado que, atualmente, conta com o maior número de estudantes universitários da Espanha. No ano letivo de 2013-2014, contava com 242.065 estudantes (mais de 15% da população universitária da Espanha), oriundos de 128 nacionalidades distintas, distribuídos em 27 cursos de graduação.

Para atender a esse grande número de alunos, a UNED conta com mais de 1.300 professores, assim como 6.900 tutores distribuídos em seus 61 centros associados/polos. Existem polos em todas as comunidades autônomas espanholas e, quando necessário, como é o caso de Madrid, há subcentros vinculados ao polo central. Fora da Espanha, essa universidade mantém 12 centros em 11 países da Europa, América e África. Além dos cursos de graduação, a UNED mantém 44 programas de doutorado e 35 de mestrado acadêmico oficial.

A crescente demanda de formação evidencia-se no volume de matrículas da UNED. Entre 2002 e 2008, o número aumentou 8,16%, enquanto, nesse mesmo período, as universidades públicas presenciais espanholas tiveram uma diminuição de 11,6% nas matrículas.

Ainda que, no início dos anos 1990, tenham se iniciado experiências de docência *on line*, foi a partir de 1999-2000 que a UNED iniciou um plano progressivo de virtualização, que foi se estendendo a todas as disciplinas oferecidas. O *campus* virtual está sustentado por um conjunto de servidores com banda larga de alta qualidade. A plataforma utilizada nos cursos de graduação é uma plataforma baseada em código aberto, denominada DOTLRN, que foi adaptada às necessidades metodológicas da instituição.

Universitat Oberta de Catalunya (UOC) – Barcelona

A UOC é uma universidade virtual, fundada em 1994, em Barcelona, e reconhecida pelo Parlamento da Catalunha, em 1995, como uma universidade de titularidade privada gerida por uma fundação sem fins lucrativos (Lei nº 3, de 6 de abril de 1995).

De acordo com dados da própria instituição, a UOC está enraizada na realidade cultural, social, científica e linguística da Catalunha e, de acordo com as necessidades, aberta às diferentes características de uma sociedade muito diversificada, com um modelo didático inovador que garante a qualidade da formação recebida. Utiliza recursos das tecnologias digitais que cooperem para a rede de universidades catalãs, com uma formulação jurídica pensada para a modalidade a distância, que permita um funcionamento flexível e ágil por meio da utilização dos recursos disponíveis.

A UOC é reconhecida por ser a primeira universidade virtual do mundo. Em 2012 contava com 16 cursos de graduação homologados pela Comunidade Europeia, 21 mestrados, 3 programas de doutorado e mais de 350 cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Em 2014, a universidade contava com 52.513 estudantes e 3.346 professores.

Estas são as duas principais instituições universitárias da Espanha que oferecem a formação em modalidade não presencial.

Uma das principais funções da educação a distância é fomentar a inclusão social de determinados grupos. Considerando esse aspecto e visando garantir a acessibilidade das universidades, a Lei espanhola nº 4, de 2007, afirma que:

[...] os edifícios, instalações e dependências das universidades, incluídos também os espaços virtuais, assim como os serviços, procedimentos e fontes de informação, deverão ser acessíveis para todas as pessoas, de forma que não impeçam a nenhum membro da comunidade universitária, por motivo de qualquer tipo de deficiência, o exercício de seu direito a ingressar, desenvolver, permanecer, comunicar, obter informações e outros de análogo significado em condições reais e efetivas de igualdade (2007, p. 15).

Esse mesmo texto jurídico destaca, também, a importância do desenho dos ambientes virtuais de aprendizagem que:

Deverão ser acessíveis de acordo com as condições e com os prazos estabelecidos na Lei 51/2003, de 2 de dezembro, de igualdade de oportunidades, não discriminação e acessibilidade universal das pessoas com deficiência e em suas disposições de desenvolvimento (2007, p. 15).

Um fiel reflexo dessa dinâmica pode ser evidenciado na Espanha, onde é possível reconhecer uma ampla oferta educativa também para as pessoas com deficiência em formação *eLearning* e a *distância*, como a UNED e a UOC.

4 Relatos Biográficos como estratégia de investigação

Os Relatos Biográficos constituem um método de investigação para a análise da realidade e representam uma das formas da investigação qualitativa. Esse tipo de estudo exige uma análise em profundidade através de uma forte implicação e imersão do investigador no campo do objeto de investigação. O Relato Biográfico tem, portanto, base no entendimento da subjetividade e tenta revelar a essência da experiência. Do ponto de vista metodológico, funciona analiticamente sobre a narrativa de uma pessoa sobre si mesma ou sobre um aspecto ou evento de sua vida, e deve ser parte do fenômeno a ser estudado. Nesse tipo de estudo, não se está à procura de representação, mas de um fenômeno: a produção de novos conhecimentos que nos ajudem a compreender melhor o significado de ser um universitário com deficiência que faz uso de ambientes virtuais de aprendizagem.

A necessidade de escutar todos esses estudantes vem do incômodo de nós, enquanto acadêmicos que não temos uma experiência de deficiência, falarmos o que

essas pessoas precisam como verdade finalizada. Falamos delas. Aqui, pretendi **falar com elas**.

Para trazer todas essas histórias, passei em média uma semana com cada um desses sujeitos. Pude ir a sua casa, conhecer a sua família, ver as estratégias e os recursos tecnológicos e humanos que utilizam para poder estudar, a luta para ingressar na universidade. Fui também em cada uma dessas universidades conversar com os diferentes “agentes da inclusão”: professores, tutores, colegas, diretores, técnicos do centro de apoio à inclusão. Pude, ainda, observar a realização dos encontros e das provas presenciais.

Na Espanha, conheci 27 Centros de Apoio a pessoas com deficiência. Esses centros existem em todas as universidades. Em 2014, existiam 21.942 alunos com deficiência cursando universidades espanholas. Como o foco da pesquisa era a educação a distância, escolhi as duas que tinham o maior número de estudantes com deficiência. A UNED, com 9.160 alunos com deficiência, sendo a universidade que possui o maior número de alunos com deficiência da Espanha e é a segunda maior universidade a distância do mundo; e a UOC, com 793 alunos com deficiência, sendo a universidade catalã com o maior número de pessoas com deficiência. Acompanhei também, por uma semana, o trabalho desenvolvido por cada uma dessas universidades no setor relacionado à inclusão das pessoas com deficiência. Dos dados que me apresentaram e pelo grande número de estudantes que tinham, resolvi fazer um sorteio contemplando diferentes deficiências. Marquei um encontro com os vinte sorteados, dez de cada universidade, no dia da realização da prova presencial, para me apresentar e explicar a pesquisa. 13 aceitaram de imediato, mas três acabaram desistindo por ter cirurgia programada para as datas em que eu estaria em sua cidade, por medo do desafio de falar sobre si mesmo, por excesso de trabalho, dentre outros motivos.

Os dados sobre o perfil dos estudantes foram sintetizados nos quadros a seguir:

Quadro - Síntese das informações dos universitários/ sujeitos da pesquisa na Espanha

Estudante	Idade	Deficiência	Formatura	Curso
Deficiência visual e Cegueira				

Antonio	42	Cegueira adquirida	2015	Ciência Política
Paco	34	Baixa visão congênita	2014	Ciência Política
Raquel	27	Baixa visão degenerativa	2016	Gestão Cultural
Limitações Locomotoras				
Angela	28	LLM Ataxia neuromuscular degenerativa	2014	Direito
Cristina	46	LLM Escoliose	2014	Psicologia
Luisa	33	LLM Fibromialgia	2012	Direito
Miquel	29	Tetraplegia adquirida	2014	Psicologia
Pablo	35	LLM adquirida - Paraplegia	2013	Psicologia
Sandra	23	Paralisia Cerebral	2013	Psicologia
Deficiência auditiva e Surdez				
Mireia	38	Surda Congênita	2012	Educação Social

Fonte: Dados da pesquisa

No quadro, são apresentados dados referentes aos alunos com deficiência participantes deste estudo. Apresenta um total de 10 estudantes, assim distribuídos por categoria de deficiência: 3 alunos com deficiência visual, 6 alunos com limitações locomotoras e 1 estudante com deficiência auditiva. Todos ingressaram no ensino superior por provas de acesso. As idades dos mesmos variam entre 23 e 46 anos. Com relação ao gênero, 4 alunos são do sexo masculino e 6 são do sexo feminino. Houve predominância de estudantes em cursos de Psicologia. Muitos esclareceram que essa escolha ocorreu pelo fato de querer se conhecer melhor e também poder ajudar outras pessoas com deficiências.

Desvelar as características do processo de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior a distância, para identificar quais os fatores favoreceram e/ou dificultaram o acesso ao ensino superior e a permanência nele, foi o fio condutor deste artigo. Nessa discussão dos resultados, serão retomados os trajetos de inclusão com base em quatro dimensões:

Acesso: Refere-se às condições de ingresso na universidade. Barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, apoio humano/ recursos.

Ser universitário em um curso virtual: Narrativas que se vinculavam a sua aproximação inicial com a educação *on line* e suas motivações. Desenvolvimento cotidiano dos estudantes com deficiência na modalidade a distância: gestão pessoal

e pedagógica. Essa categoria congrega narrações sobre aspectos como a organização pessoal para o estudo, relação entre estudantes e professores e a adaptação ao modelo educativo. Experiência de eliminação de barreiras na forma como se processa o ensino e os tipos de apoio recebido (colegas, professores, coordenação, Atendimento Educacional Especializado, entre outros).

Tecnologias Assistivas: Usos das tecnologias digitais e assistivas que favorecem, ou não, a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior.

Avaliação das reais possibilidades de inclusão no ensino superior a distância: Relatos que expressam opiniões e avaliações sobre a experiência de ser estudante em contextos virtuais, relatos e valores sobre a universidade e sobre as ações que contribuem para a inclusão efetiva de pessoas com deficiência no ensino superior a distância.

4.1 Acesso

Na Espanha, o acesso das pessoas com deficiência que desejam cursar o ensino superior é uma realidade. A Lei 6/2001, modificada pela Lei Orgânica 4/2007 (BOE, 89, 2007), é uma referência para todas as universidades espanholas quanto à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Uma das medidas para garantir o acesso é a isenção de taxas para todos os estudantes com deficiências e a implantação de núcleos de acessibilidade para acompanhar o percurso acadêmico desses estudantes. Isso tem garantido o acesso e a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior. No que se refere à acessibilidade arquitetônica, tanto as universidades quanto o seu entorno têm que ser, obrigatoriamente, projetados na perspectiva da acessibilidade universal. Existe, também, a Lei de Cotas, que prevê 5% das vagas nas universidades para pessoas com deficiências. Para o ingresso no ensino superior, os estudantes com deficiência devem realizar a prova de acesso, prevista no art.19, capítulo 2:

1. As comissões organizadoras da prova de acesso de cada comunidade autônoma determinará as medidas necessárias para garantir que as pessoas com deficiência possam realizar as provas, tanto na fase geral, quanto específica, em condições de igualdade. O edital das provas deverá explicitar claramente essa possibilidade.
2. Essas medidas poderão consistir na adaptação dos tempos, na elaboração de modelos especiais dos exames, além de ser colocado para o estudante meios materiais e humanos, de assistência, apoio e tecnologias assistivas

que forem necessários para a realização da prova de acesso, assim como a garantia da acessibilidade da informação e a comunicação dos processos e do espaço físico onde a prova for realizada.

Na pesquisa de campo nas universidades a distância espanholas, mais especificamente na UNED e na UOC, foi possível constatar que, desde os contatos iniciais com a universidade, os estudantes com deficiência têm o atendimento necessário, com orientações e adaptações para o seu ingresso, permanência e conclusão do ensino superior. Todos esses esforços não se resumem apenas ao cumprimento da legislação, mas à construção de uma universidade socialmente responsável e inclusiva. Isso também pode ser evidenciado na fala dos depoentes:

Fiz as provas de acesso em Madrid. Foi a **primeira vez que fiz uma prova no computador**. Tenho que agradecer a disposição e o trabalho dos **funcionários que me ajudaram** no momento de entrar na universidade e continuam me ajudando. (*Paco, baixa visão, UNED*).

Fui muito bem recebida na UOC. Fui chamada pelo setor que trabalha com as pessoas com deficiência visual. Dentre eles tinha um funcionário cego que me fez “enxergar” muita coisa. À medida que fomos conversando, foram feitas algumas **adaptações de materiais que eu precisava, principalmente os impressos**. Minha experiência desde o momento da prova de acesso foi muito positiva. (*Raquel, baixa visão degenerativa, UOC*)

Fiz a prova de acesso. Foi então que eu conheci o departamento que ajuda a pessoas com deficiência, a **UNIDIS. Esse setor me ajudou muito, desde a hora de fazer a inscrição, até conseguir os livros em formato eletrônico, fazer o pedido para realizar as provas no computador e na minha própria casa, e para resolver os problemas que surgiram a qualquer hora**. (*Pablo, Paraplegia, UNED*)

A UNED tem uma organização para pessoas com deficiência que é sensacional. Desde o início temos clareza sobre a quantidade de matéria que tem que estudar; podemos comprar livros através da biblioteca que tem em cada polo/centro associado; quais são as datas de exames, quais as adaptações que podemos ter e o que temos direito, desde **bolsas, tutorias e a UNIDIS**, é claro, que é uma equipe de atenção à pessoa deficiência que funciona maravilhosamente. (*Luisa, Limitação Locomotora, UNED*)

Entrei em **contato com UNIDIS, um departamento que funciona fantasticamente e que tem grandes profissionais**. Tenho de agradecer por me ajudarem a realizar meu sonho de continuar estudando. **Me ajudaram muito com a adaptação. Me deram muito incentivo, me telefonavam para saber como estava, o que precisava, orientava como fazer para organizar os estudos. Estou na cadeira em rodas e vivo em um prédio sem elevador**. Isso me impede de sair como eu queria. Graças à UNIDIS, **fiz a prova de acesso em casa e continuo fazendo as provas presenciais**. As pessoas são fantásticas. Trazem a prova em um envelope e **aplicam exatamente no mesmo dia e horário que todos os demais colegas da universidade**. Quando termino, eles colocam no envelope, lacram e levam embora para o professor corrigir. Às vezes, **após a prova, conversamos um pouco sobre o que aconteceu comigo, como estou, as dificuldades que estou tendo. Sempre oferecem apoio e assistência no caso de eu**

precisar de alguma coisa ou se eu tenho alguma dúvida sobre os conteúdos. *(Cristina, Limitação Locomotora, UNED).*

Tive também **muito apoio do setor que atende as pessoas com deficiência.** Eles me acompanharam bem de perto, para que eu pudesse fazer a prova de acesso. Perguntaram o que eu precisava e quando pedi uma **adaptação para realizar as provas presenciais, eles me permitiram fazer com o intérprete de LSC e também me deram mais tempo para responder.** *(Mireia, Surda profunda, UOC)*

De acordo com o documento Estratégia Espanhola para inclusão das pessoas com deficiência: 2012 a 2020 (REAL PATRONATO SOBRE DISCAPACIDAD, 2011), as carências da formação no ensino básico para as pessoas com deficiência limitam decisivamente as oportunidades de progresso individual e integração social, especialmente o ingresso no ensino superior. Assim, torna-se ainda necessária uma política de cotas e de total apoio para o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior, bem como a sua permanência e conclusão desse nível de ensino.

4.2 - Ser universitário em um curso virtual

Os motivos para a escolha de um curso a distância, para a maioria dos participantes da presente pesquisa, estão diretamente relacionados às possibilidades de acesso ao ensino superior, por derrubar as fronteiras de tempo e espaço.

Estava fazendo o curso **presencial**, mas **não tinha nenhum tipo de adaptação** para mim, não estava conseguindo aprender e estava cada dia mais difícil. Optei por fazer o curso virtual, pois sabia que as **tecnologias** hoje estão muito avançadas e que a **plataforma é acessível.** *(Raquel, Baixa visão, UOC)*

Escolhi a UNED, porque com as minhas limitações eu **não aguento ficar sentada por muito tempo** e quando preciso tenho uma cadeira adaptada em casa e sei que a única universidade que fornece isso também é a UNED. Além disso, nas aulas presenciais você tem que tomar notas e eu **tenho limitações na mão direita.** Ou seja, estar a distância, em casa, **via computador**, me pareceu ideal. Desde o início eu sabia que eu não tinha equivocado. A UNED tem uma organização para pessoas com deficiência que é sensacional. *(Luisa, Limitação Locomotora, UNED)*

Após compreender os principais motivos da busca pelo curso superior à distância, abordaremos alguns dos fatores que contribuíram para a permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a distância e a conclusão de seu curso, ou aqueles que foram impeditivos desse processo. Booth (2003) afirma que é preciso

desenvolver nos sistemas educacionais uma cultura inclusiva, de colaboração, estimulando a todos que trabalhem juntos com o objetivo de eliminar as barreiras à participação e à aprendizagem, experimentadas pelos estudantes, e de construir comunidades educacionais comprometidas com a aprendizagem e participação de todos. Esse autor ressalta o papel da inclusão como meio de minimização de todas as barreiras à educação de todos os estudantes.

Na experiência dos universitários participantes desta pesquisa, foram explicitadas algumas situações em que eles receberam apoio de colegas, de alguns professores e coordenadores:

Podemos trocar informações, notas ou preocupações com colegas e professores. Hoje em dia com esta via de comunicação entre alunos e professores, **eu nunca me sinto isolado**. Eu posso fazer a atividade de estudo sozinho em casa, mas logo me enriqueço com as opiniões, pontos de vista dos colegas e respostas as dúvidas dos outros. (*Miquel, tetraplégico, UNED*)

Algo muito especial para mim foram os meus **colegas** de turma que foram **muito compreensivos e tolerantes**. Partilhamos livros, notas e, acima de tudo, bons debates sobre os diversos temas que foram estudados. Todos eles têm uma alta capacidade intelectual, talvez porque muitos já estão fazendo o seu segundo curso superior. Agora o que realmente se destaca, além da organização da UNED e da parceria dos meus colegas de turma é **a equipe de atendimento as pessoas com deficiência, a UNIDIS**. Desde que me matriculei, tenho **total apoio** deles. (*Luisa, Limitação Locomotora, UNED*)

Essa parceria entre a comunidade acadêmica foi vista pelos depoentes como algo que favoreceu a aprendizagem significativa.

Os sujeitos desta pesquisa, em maior ou menor espaço de tempo, após um grande investimento para a superação de suas dificuldades, ingressaram no ensino superior, assumindo um espaço significativo frente a pessoas sem deficiência, ou seja, revelam em suas narrativas que, na nossa sociedade, estar inserido em uma universidade tem seu valor. Dessa maneira, percebe-se que, para os sujeitos, a possibilidade de terem frequentado o ensino superior, apesar das peculiaridades constatadas em cada trajetória de vida, é visto como um elemento fundamental na constituição de cada um. Em outras palavras, o acesso ao ensino superior parece ter contribuído para a constituição de relações interpessoais mais seguras.

4.3 Tecnologias Assistivas

No relato dos depoentes, é evidenciado o uso das tecnologias digitais e assistivas que favorecem, ou não, a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior a distância. Embora, atualmente, existam muitos recursos, neste estudo, nos limitaremos a explicitar os citados pelos participantes.

Conhecer as necessidades de cada estudante, ainda que aparentemente tenham a mesma deficiência, é essencial, para que, de fato, sejam implantados estratégias e recursos que garantam as mesmas oportunidades que são oferecidas aos demais universitários.

Para os estudantes com deficiência visual, o recurso mais importante para um curso a distância é ter a plataforma virtual acessível. Isso permite que os estudantes tenham as mesmas informações que os demais universitários e, assim, possam participar de sua vida estudantil em todos os âmbitos:

A plataforma é totalmente acessível. Isso é o mais importante em um curso virtual. O único problema é com os **conteúdos em flash. Nesses casos eu ia a uma das tutorias e pedia para me fazerem a áudio descrição.** (Raquel, UOC)

Um dos recursos muito utilizados é a ampliação de letras e de imagens, tanto em materiais impressos, quanto nos leitores de tela. Alguns estudantes utilizam também a lupa. Além desses recursos, é preciso considerar que as pessoas com deficiência visual podem ter o campo visual reduzido e, portanto, precisarão de mais tempo para a realização das atividades.

Eu faço a prova com um computador adaptado, ou seja, com um programa que é um ampliador de tela e tenho direito a um tempo maior para realizar as provas. (Paco, UNED)

As pessoas cegas, atualmente, têm utilizado com maior frequência os *softwares* leitores de tela como *Jaws* e *NVDA*. Esses programas transcrevem, de forma automática, os textos escritos para a versão oral, através da leitura do que aparece na tela. Esse recurso também é utilizado nas provas presenciais pela maioria dos depoentes:

No dia a dia, não preciso de nenhuma adaptação. Eu tenho o Jaws em meu computador e o próprio software faz a leitura do material necessário ou também uso o recurso de ampliação que já vem em todos os computadores. Os materiais que vinham em formato não compatível, eu pedia para alguém

da minha família ler e gravar, pois assim eu poderia escutar depois. *(Antonio, cegueira adquirida, UNED)*

O uso do braile tem diminuído após a popularização desses recursos, embora os próprios cegos afirmem que a substituição do braile por *softwares* leitores de tela faz com que os mesmos regridam no seu registro escrito, por não terem mais o hábito da leitura.

Eu **prefiro ler em braile**. Embora seja mais fácil usar os softwares, percebi que **piorei muito na minha escrita no período que fiquei só nos leitores de tela**. Na verdade, o software passa a ler para a gente. Como isso estava comentando **erros horríveis de ortografia**. Minha própria chefe comentou isso comigo. Conversando com outras pessoas cegas, elas também têm percebido isso. Como diz o ditado para escrever bem, tem que ler bem. Tem até pesquisas sobre isso. *(Antonio, cegueira adquirida, UNED)*

Para os vídeos, a forma considerada mais adequada pelas pessoas cegas é o uso da áudio descrição, que consiste na descrição minuciosa da informação apresentada e que é complementar ao texto oral.

Temos o **Centro de Inclusão**. Quando preciso de alguma coisa eu faço uma solicitação ao setor que sempre tenta atender as minhas necessidades como, por exemplo, quando eu vou ver um **filme legendado, eles disponibilizam uma pessoa para fazer a áudio descrição**, etc. *(Antonio, cegueira adquirida, UNED)*

Para os estudantes com limitação locomotora, além dos inúmeros recursos de alta tecnologia que podem ser atualmente usados pelas pessoas com deficiência, para atividades que dependem de coordenação motora fina, às vezes, é necessário recorrer a sistemas alternativos, como o criado pelo estudante Miquel:

Para ser um pouco mais independente nesta atividade, o meu pai e eu **desenvolvemos uma adaptação muito simples**. Por vezes, a mais simples é o que funciona melhor. Envolve na colocação de um **clipe de metal em cada página** que vou ler, atrelado a um palito de picolé, para pegar com a boca e não ferir, e um ímã entre o palito e o clipe de metal, para virar a página. **Isso me permite ler de forma independente e não ter que chamar ninguém para virar as páginas para mim**. *(Miquel, Limitação Locomotora, UNED)*

Esse é um exemplo simples de uma tecnologia assistiva que pode contribuir significativamente para a aprendizagem dos estudantes, garantindo a sua autonomia e respeitando o seu tempo de aprendizagem.

Nas universidades espanholas, a acessibilidade dos prédios e do entorno atende plenamente às necessidades dos estudantes.

Em relação aos estudantes surdos, precisamos compreender que a deficiência auditiva não implica exclusivamente a incapacidade de ouvir ou uma diminuição da audição, mas envolve uma série de consequências condicionadas a fatores relacionados com a perda auditiva e por fatores psicossociais, educativos e familiares da pessoa.

Essas implicações, principalmente quando a perda auditiva acontece ainda na primeira infância, têm impacto no desenvolvimento da linguagem e no acesso à comunicação. Para as pessoas que têm a perda auditiva já na fase adulta, a dificuldade pode estar na manutenção e no enriquecimento da linguagem já adquirida. Tudo isso pode impactar em seu desenvolvimento e, principalmente, nas habilidades de leitura e escrita, o que explica, em grande parte, a dificuldade na escrita na língua de origem do país, inclusive nos níveis universitários. Esse contexto justifica a necessidade de as pessoas com deficiência auditiva ou surdas terem um maior tempo para realização das atividades.

Entre as pessoas surdas, uma das reivindicações é que tenham o direito de se comunicar em sua língua materna LSC – no caso da Catalunha. Essa é uma discussão ainda bastante polêmica entre as Comunidades Surdas e as universidades.

Em relação à adaptação dos materiais, os depoentes revelam que as universidades a distância também não estão preparadas para receber os estudantes surdos. Acreditam que a comunicação escrita basta para o processo de aprendizagem dessas pessoas. Os depoentes mostram que é necessário ir além:

Poderia te contar muitas **histórias engraçadas** que aconteceram comigo na UOC. Vou te contar a minha favorita, que aconteceu na primeira vez que pedi para fazerem alguma adaptação nas provas. Pensei que me enviariam uma prova de múltipla escolha ou que enviariam a prova acompanhada de um intérprete. No dia prova, o Presidente do Tribunal me deu um envelope com meu nome. Sim, havia o **teste adaptado... para quem tem baixa visão! A adaptação que tinham atribuído a mim foi uma prova que as letras tinham um tamanho gigante!** Eu não consegui segurar e dei uma crise de riso. **Gostaria que aceitassem que eu fizesse a prova em minha língua materna, a Língua de Sinais Catalã.** (*Mireia, surda, UOC*)

Convém atentar para o fato de que um mesmo recurso de acessibilidade poderá ser útil a estudantes com diferentes necessidades. Portanto, a definição e destinação dos recursos é de responsabilidade do professor que atua nos núcleos de

acessibilidade em articulação com os demais profissionais que atendem aos estudantes na IES ou que for demandado pelo próprio estudante.

O uso de tecnologias assistivas, como as explicitadas acima, entre outras, pode beneficiar o estudante com deficiência, eliminando as barreiras que impedem ou dificultam sua participação e aprendizagem no processo educacional, desde a educação básica até a educação superior.

4.4 - Avaliação das reais possibilidades de inclusão no ensino superior a distância

Para empreender a discussão sobre a inclusão efetiva das pessoas com deficiência no ensino superior, é necessário refletir sobre a aquisição de conhecimentos construídos por essas pessoas durante o percurso de escolaridade nesse nível de ensino. Aqui retomamos as funções da educação superior, já referidas, apoiada em Severino:

[...] formação profissional nas diferentes áreas, mediante o ensino e aprendizagem de habilidades e competências técnicas; o segundo objetivo é o da iniciação à prática científica e o terceiro é aquele referente à formação do cidadão, ou seja, estimular no estudante a tomada de consciência do seu papel político social que dá sentido à sua existência histórica, pessoal e social (SEVERINO, 2007, p. 22).

Ou seja, é importante que a pessoa com deficiência tenha acesso ao ensino superior para desenvolver as habilidades e competências técnicas indispensáveis para inclusão social e profissional, além do aspecto referente à formação da cidadania. Na Espanha, os alunos com deficiência estão exercendo o direito à educação superior de forma intensa. Além das atividades de ensino, participam dos programas de intercâmbio, projetos de extensão e iniciação científica:

No final do ano, recebi a feliz notícia de que o meu projeto foi escolhido e poderia expandir o meu conhecimento, fazendo alguns **cursos nos Estados Unidos**. A **UNIDIS** não hesitou em nenhum momento para dar o seu **apoio como entidade e como equipe**. Isto é o que **eu gosto na UNIDIS**. **Para eles, não somos apenas um número, mas adaptam às necessidades e demandas específicas de cada aluno e nos dão uma atenção personalizada**. **Em nenhum momento colocaram empecilho para eu me candidatar ao intercâmbio e muito menos em concretizá-lo**. **Foi uma experiência fantástica**. (*Sandra, Paralisia Cerebral, UNED*)

Ações como essa possibilitam às pessoas com deficiência participarem, em condição de igualdade, das oportunidades oferecidas na sociedade. A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior é mais do que assegurar o direito à educação. Na verdade, ela permitirá que haja a inclusão social de uma forma mais ampla, tendo em vista que possibilitará melhores condições de vida para aqueles que foram vítimas de atitudes preconceituosas ao longo de suas vidas.

As falas de Sandra e de Paco evidenciam que o ensino superior tem possibilitado para essas pessoas oportunidades de conquistarem uma profissão e se inserirem no mercado de trabalho ou em outras atividades.

O fato de saber que o trabalho da UNIDIS e de toda a equipe da UNED garante que os alunos tenham as mesmas condições e oportunidades que qualquer aluno, nos tranquiliza e dá energia para continuar. Já estou inserida no mercado de trabalho na área para a qual me formei e o mesmo aconteceu com a maioria dos meus colegas. (*Sandra, Paralisia Cerebral, UNED*)

As pessoas que estão em uma situação semelhante à minha têm que se matricular na universidade, pois os conhecimentos de todos os tipos que adquirimos nela são fundamentais para o nosso desenvolvimento pessoal e profissional. (*Paco, Baixa visão, UNED*)

Faz-se necessário ampliar as discussões e incentivar as práticas inclusivas, ouvindo as contribuições que esses estudantes trazem com sua experiência. Eles têm consciência do papel político que precisam desempenhar na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Eles têm muito a nos dizer, pois são protagonistas nesse processo.

5 Considerações Finais

O presente estudo propôs a reflexão acerca do direito de pessoas com deficiência a um curso superior na Espanha, por meio da educação a distância, e a sua permanência nele. Partimos do pressuposto de que as inúmeras barreiras podem ser minimizadas numa sociedade em que a informatização é, a cada dia, mais presente e na qual a internet e as tecnologias digitais e assistivas podem potencializar a interatividade e a autonomia do estudante com deficiência. Isso não significa que defendemos que todas as pessoas com deficiência devem fazer o seu curso superior a distância. Cada pessoa tem o direito de escolher a modalidade que melhor lhe convier. Defendemos, entretanto, que tanto o ensino presencial quanto o ensino a distância devem oferecer educação acessível para todos.

No decorrer da presente pesquisa, foram analisados 10 relatos biográficos de estudantes com deficiências na Espanha, que evidenciam conexões que aproximam esses sujeitos, ou seja, é possível observar alguns aspectos comuns e outros singulares.

Os aspectos comuns observados são, inicialmente, que todos são pessoas com deficiência, que concluíram o ensino médio enfrentando os mais diversos obstáculos e conseguiram ingressar no ensino superior. São pessoas à procura de oportunidades e que veem a universidade e o mundo do trabalho como um possível canal de acesso a melhores condições de vida. Esses sujeitos, a partir das suas reivindicações e lutas, chegaram a um nível de desenvolvimento que lhes permite ocupar lugares sociais que, até pouco tempo atrás, só eram ocupados pelos sujeitos considerados sem deficiência. Desse modo, contribuíram para desmistificar a ideia historicamente construída da deficiência como fator incapacitante e vista como uma categoria fechada em si mesma, reafirmando o caráter da deficiência como uma invenção social que justifica a seletividade, a segregação e o preconceito de uma sociedade. Por outro lado, cada um possui uma trajetória peculiar de desenvolvimento que, no decorrer de sua vida, foi se construindo.

Outro elemento similar entre os depoentes refere-se ao tratamento atribuído a esses sujeitos por parte da família, como fator importante que contribuiu para desafiar o prognóstico que a sociedade comumente aplica às pessoas que apresentam alguma deficiência. Isso fica claro nos relatos ao se referirem à importância do apoio, e *não da tutela*, da família para a superação das dificuldades. A partir das interações sociais, das condições afetivas e financeiras proporcionadas pela família, foram construindo suas singularidades. Como seres humanos e, portanto, ontologicamente sociais, passaram a construir cada um a sua história com a participação dos outros.

Os aspectos singulares apresentados pelos sujeitos estão voltados a questões mais subjetivas e de caráter pessoal, como a identificação com o curso de graduação escolhido, os apoios recebidos, o contato com outras pessoas com deficiência, o reconhecimento no mercado de trabalho, a autoimagem, entre outros.

Na Espanha, desde meados dos anos 80, a maioria das crianças com algum tipo de deficiência sensorial, motora ou cognitiva frequentam as escolas de seu bairro junto com os seus amigos e vizinhos. Recebem apoios e ajudas para a superação de suas dificuldades e as atividades de ensino são adaptadas para que a aprendizagem

aconteça de fato. Muito já foi feito, embora tenha ainda o que se fazer. Mas podemos afirmar, a partir da constatação desta pesquisa, que a inclusão das pessoas com deficiência na Espanha, em todos os níveis de ensino, é uma realidade concreta. Para que isso acontecesse, não bastou “boa vontade” de alguns, mas ações políticas e práticas. Foi preciso investir em recursos de tecnologias assistivas e de recursos humanos que se comprometessem com essa tarefa.

Na UNED, por exemplo, que já tem ampla experiência com pessoas com deficiências e que tem um corpo docente predominado por trabalhadores e pessoas que moram longe das universidades presenciais, é visível a capacidade de reverter a situação das pessoas com deficiência e propiciar a melhoria de oportunidades dessas pessoas e de quem está em seu entorno.

Dentre as elucidações advindas da pesquisa, podemos destacar que a implantação de Centros de Apoio às Pessoas com Deficiência, ou Núcleos de Acessibilidade, são fundamentais para a integração e promoção desse aluno e, conseqüentemente, para a conclusão do ensino superior. Nas IES que possuem esses núcleos, a inclusão vem acontecendo de forma mais efetiva.

Escutar as pessoas com deficiência para a realização desta pesquisa foi extremamente importante. As percepções desses cidadãos são valiosas, pois são eles que vivenciam as dificuldades existentes e que enfrentam as barreiras sociais, físicas e atitudinais dia após dia. Suas opiniões enriqueceram esta análise, mostrando a pluralidade e a diversidade dessa enorme população multifacetada que, em comum, possui o desejo de um país mais justo, mais humano, mais igualitário, que proporcione condições de igualdade de oportunidades.

É preciso que todos os envolvidos estejam vigilantes para a não violação dos direitos conquistados. Um dos grandes desafios é manter o equilíbrio entre a qualidade acadêmica e o compromisso social.

REFERÊNCIAS

- ALBA, C. Educación superior sin barreras: La accesibilidad de las universidades para los estudiantes con discapacidad. **Encounters on Education**, 6, Fall 2005, 43-60.
- ALONSO, A.; DíEZ, E. (2008). Universidad y discapacidad: indicadores de buenas practicas. Siglo cero. **Revista española sobre discapacidad intelectual**, 39 2 (2) 82-98.

BOOTH, T. **Superar a exclusão através de abordagens inclusivas na educação: um desafio e uma visão.** Documento Conceitual. Paris: UNESCO, 2003.

BRASILEIRO, Sheilla A. **A democratização do ensino superior e a inclusão de pessoas com deficiência:** algumas reflexões para a educação a distância. In: Congresso Internacional de Educação a Distância, ABED, 2010.

BRASILEIRO, Sheilla A. Acceso y permanencia de las personas con necesidades especiales en la enseñanza superior: oportunidades de inclusión via educación a distancia. In: **Movilizar la educación a distancia para la justicia social y la innovación.** 1. ed. Madrid: UNED, 2014, p. 810-825.

BRASILEIRO, Sheilla A. Educação a distância. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucilia (Org.). **Dicionário da Educação Profissional.** Belo Horizonte: UFMG/NETE, 2000.

BRASILEIRO, Sheilla A. Jovens do Ensino Noturno: a necessidade de um outro relato para a educação básica brasileira. In: LOPES, A.; HERNÁNDEZ, F.; SANCHO, J.M.; RIVAS, J.I. (Org.). **Histórias de vida em Educação: A construção do conhecimento a partir de histórias de vida.** 1. ed. Barcelona: Universitat de Barcelona. Dipòsit Digital, 2013, v. 1.

BRASILEIRO, Sheilla A. **Juventude.com.br:** processos de inclusão/exclusão digital de jovens alunos do ensino noturno. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, 2003. Dissertação de mestrado.

CEAPAT, 2006 **Centro Estatal de Autonomia Personal y Ayudas Técnicas.** Disponível em <<http://www.ceapat.org/verIndex.do?cadena=cadena3>> Acesso em: 04 dez. 2007.

CEDIPOD. Legislação. **Decreto 3298 de 22/12/1999.** Disponível em <<http://www.cedipod.org.br/dec3298.htm>> Acesso em: 10 dez. 2007.

GARCIA, Vinicius. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho:** histórico e contexto contemporâneo. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico. Campinas (SP): Unicamp, 2010.

HAWKING, Stephen. **Minha breve história.** Tradução Alexandre Raposo, Julia Sobral Campos; Maria Carmelita Dias. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

HERNÁNDEZ, F. & RIFÀ, M. (Coords.). **Investigación autobiográfica y cambio social.** Barcelona: Octaedro, 2011.

LÓPEZ MELERO, M. Barreras que impiden la escuela inclusiva y algunas estrategias para construir una escuela sin exclusiones. **Innovación Educativa,** Barcelona: 21, p. 37-54, 2011.

LOU. LEY ORGANICA 4/2007. 12 de abril. Modifica a Ley Organica 6/2001. BOE de 13 abr. 2007.

LOU. LEY ORGANICA 6/2001. 21 de dezembro. **Universidades.** BOE de 24 dez. 2001.

LUQUE, D. J.; RODRIGUEZ, G. **Consideraciones para um proyecto de unidad de apoyo a personas con discapacidad em la Universidad de Malaga.** In: I Congreso de Universidad y Discapacidad. Salamanca, 2005.

MITTLER, P. **Working towards inclusion education:** social contexts. London: David Fulton Publishers, 2000.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Aprovada no Brasil pelo Decreto do Legislativo 186 de 09 de julho de 2006.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> Acesso em: 03 mar. 2015.

ONU. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca: e enquadramento da ação na área das necessidades especiais**. Salamanca: Espanha, 1994.

REAL PATRONATO SOBRE DISCAPACIDAD. **Estrategia española sobre discapacidad: 2012-2020**. Madrid, CDEE, 2011.

SANCHO GIL, Juana. (ed. lit.). **III European Conference on Information Technology in Education and Society: A Critical Insight**, 2012.

SANCHO GIL, Juana. Recursos tecnológicos para la excepcionalidad. Una plétora de posibilidades enmarcadas en la realidade En: MONTESINOS, M^a Dolores Hurtado; PÉREZ, Francisco Javier Soto (Coord.). **La igualdad de oportunidades en el mundo digital**. Barcelona, 2008.

SANTOS, Boaventura Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. **Conferência mundial sobre ensino superior: as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris: 2009.

UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZUBILLAGA, A.; ALBA, C. La discapacidad en la percepción de la tecnología entre estudiantes universitarios. **Comunicar**, 40, 165-172. Madrid, 2013.